

# ÍNDICE

<i>Apresentação</i> .....	11
1. INTRODUÇÃO .....	15
1.1. Finalidade e objeto: a busca por um critério delimitador da responsabilidade por ato de improbidade, a partir do estudo da evolução do direito de punir no âmbito penal .....	15
2. REQUISITOS PARA A CONFIGURAÇÃO MATERIAL DO CRIME ...	25
2.1. Limitações constitucionais ao poder de punir: o Estado Democrático de Direito, o princípio da dignidade humana e o conteúdo ontológico do fato punível .....	25
2.2. A conceituação analítica da estrutura do crime: conceito bipartido	47
2.3. Elementos do fato típico e a teoria da imputação objetiva .....	52
2.4. Teorias do crime: o causalismo naturalista da doutrina clássica com sua concepção avalorada do fato, a corrente neokantista e a introdução do conteúdo ontológico na conduta, no finalismo e no pós-finalismo, e as modernas concepções funcionalistas .....	60
2.4.1. Sistema causal .....	60
2.4.2. Sistema neoclássico ou neokantista .....	64
2.4.3. Sistema finalista da ação .....	67
2.4.4. Teoria social da ação .....	72
2.4.5. Teoria constitucional do direito penal .....	77
2.4.6. Teoria funcional .....	80
2.5. Da conceituação do bem jurídico tutelado pela norma penal .....	90
3. TEORIAS DA CAUSALIDADE .....	95
3.1. A concepção filosófica e empírico-científica do nexos causal e o seu desenvolvimento na dogmática penal .....	95

3.2. Nexo causal e os valores culturais na concepção de Miguel Reale e Goffredo Telles Júnior .....	104
3.3. Teoria da equivalência dos antecedentes — <i>conditio sine qua non</i> ...	109
3.4. Problemas não solucionados pela teoria da equivalência dos antecedentes .....	116
3.5. Teoria da causalidade adequada .....	119
3.6. Teoria da imputação objetiva .....	122
3.6.1. Considerações preliminares sobre a teoria da imputação objetiva no direito penal e sua função originária de contenção do dogma causal .....	122
3.6.2. Pressupostos filosóficos da imputação objetiva: Hegel, Lorenz e Honig. Do seu posterior desenvolvimento por Claus Roxin com base na ideia central do risco .....	128
3.6.3. Teoria da imputação objetiva: requisitos .....	150
3.6.3.1. CRIAÇÃO DE UM RISCO PROIBIDO (risco proibido = conduta socialmente inadequada + relevância do risco criado + significância da lesão + alteridade + proporcionalidade + necessidade e idoneidade + ofensividade + quebra do princípio da confiança + atuação no sentido da ofensa do bem jurídico) .....	154
3.6.3.2. Resultado dentro do âmbito de risco provocado pela conduta .....	168
3.6.4. Ampliação do conceito de imputação objetiva .....	170
4. TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA .....	173
4.1. Da natureza jurídica dos atos de improbidade administrativa .....	173
4.1.1. Da análise dos critérios empregados na determinação da natureza do ilícito .....	176
4.1.2. A equivalência entre a intensidade punitiva penal e por improbidade: ruptura do paradigma ilícito penal/ilícito extrapenal .....	186
4.1.3. A zona cinzenta na qual se encontram os atos de improbidade administrativa .....	194
4.2. Teoria da imputação objetiva e tipicidade dos atos de improbidade administrativa .....	220

4.3. Bem jurídico sob o enfoque da teoria da imputação objetiva.....	232
4.3.1. Do “plexo” de princípios decorrentes do Estado Democrá- tico de Direito .....	233
4.3.2. Dos princípios da administração.....	239
4.3.2.1. Princípio da legalidade .....	244
4.3.2.2. Princípio da impessoalidade .....	248
4.3.2.3. Princípio da moralidade .....	250
4.3.2.4. Princípio da publicidade .....	256
4.3.2.5. Princípio da eficiência.....	257
4.3.2.6. Outros princípios constantes do texto constitu- cional e da legislação infraconstitucional.....	259
4.3.3. Improbidade administrativa .....	264
4.3.4. Bem jurídico tutelado .....	267
4.3.5. A natureza difusa do bem jurídico probidade administrativa..	274
4.4. Elementos configuradores do ato ímprobo sob o enfoque da teoria da imputação objetiva .....	281
4.4.1. Adequação típica e indeferimento da petição inicial .....	281
4.4.2. Dos atos de improbidade administrativa (arts. 9º, 10 e 11 da lei) .....	288
4.4.3. Sujeito ativo, passivo e o terceiro que concorre ou se bene- ficia do ato de improbidade administrativa .....	294
4.4.4. Elemento subjetivo .....	296
4.4.5. Resultado nos atos de improbidade administrativa .....	309
4.4.6. Nexo causal .....	314
4.4.7. Da aplicabilidade da teoria da imputação objetiva nos atos de improbidade administrativa.....	314
ARGUMENTAÇÃO CONCLUSIVA .....	335
CONCLUSÃO.....	345
<i>Referências bibliográficas</i> .....	347